

O SER PESCADOR(A) ARTESANAL E O TERRITÓRIO ARTICULADO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA ILHA DE MARÉ – BAHIA

*THE ARTISANAL FISHERMAN(A) AND THE ARTICULATED TERRITORY OF THE TRADITIONAL
FISHING COMMUNITIES OF THE ILHA DE MARÉ – BAHIA*

*EL SER PESCADOR(A) ARTESANAL Y EL TERRITORIO ARTICULADO DE LAS COMUNIDADES
TRADICIONALES PESQUERAS DE LA ILHA DE MARÉ – BAHIA*

RIOS, kássia Aguiar Norberto

RESUMO

Historicamente conhecida como “uma grande aldeia de pescadores”, a economia e o modo de subsistência dos moradores da Ilha de Maré têm como base, principalmente, as atividades da pesca artesanal e mariscagem. Para as comunidades pesqueiras da Ilha, a floresta (matas), os mares, os manguezais, as coroas, os rios etc. são espaços conhecidos, denominados e respeitados, que compõem os seus territórios de vida e reprodução social – território pesqueiro. Nesse contexto, elencamos como objetivo do presente artigo compreender como a categoria de pescador(a) artesanal se apresenta na Ilha de Maré e como, historicamente, esse grupo social foi imprimindo sobre o espaço as suas múltiplas territorialidades, conformando assim o território local. Para tal, metodologicamente recorreremos, além da pesquisa bibliográfica, aos dados estatísticos do extinto MPA, da Coordenadoria de Pesca do MAPA/BA, Colônia Z-04, SPU/BA, INCRA/BA, e aos microdados do IBGE. Na pesquisa de campo, destacam-se a realização de entrevistas abertas, participação em seminários, oficinas de geografia e cartografia, caminhadas pelo território, construção de mapa social temático e georreferenciamento territorial. Tais etapas nos levaram a compreender o ser pescador artesanal na Ilha de Maré e conhecer as especificidades que envolvem o território articulado local.

Palavras-chave: Pesca. Pescador Artesanal. Território. Articulado.

ABSTRACT

Historically known as "a large fishing village", the economy and livelihood of the residents of Ilha de Maré is mainly based on the activities of artisanal fishing and shellfish. For the island's fishing communities, the forest (forests), the seas, the mangroves, the crowns, the rivers, etc., are known, known and respected spaces that make up their territories of life and social reproduction - fishing territory. In this context that we have listed as the objective of this article to understand how the category of artisanal fisherman(a) presents itself on the Ilha de Maré and how, historically, this social group was imprinting on space its multiple territorialities, thus forming the local articulated territory. For this, we use methodologically, in addition to the bibliographical research, we have used statistical data from the former MPA, the MAPA/BA Fisheries Coordination, Z-04 Colony, SPU/BA, INCRA/BA, and IBGE microdata. In the field research, we highlight the conduct of open interviews, participation in seminars, geography and cartography workshops, walks through the territory, construction of thematic social maps and territorial georeferencing. These stages led us to understand the artisanal fisherman on the Ilha de Maré and to know the specificities that surround the local articulated territory.

Keywords: Fishing. Fisherman Artisanal. Territory. Articulated.

RESUMEN

Históricamente conocida como "una gran aldea de pescadores", la economía y el modo de subsistencia de los habitantes de la Ilha de Maré tiene como base, principalmente, las actividades de pesca artesanal y marisco. Para las comunidades pesqueras de la isla, el bosque (matas), los mares, los manglares, las coronas, los ríos, etc., son espacios conocidos, denominados y respetados, que componen sus territorios de vida y reproducción social – territorio pesquero. En ese contexto que hemos enumerado como objetivo del presente artículo comprender cómo la categoría de pescador(a) artesanal se presenta en la Ilha de Maré y cómo, históricamente, ese grupo social ha ido imprimiendo sobre el espacio sus

múltiplas territorialidades, conformando así el territorio articulado local. Para ello, utilizamos metodológicamente, además de la investigación bibliográfica, los datos estadísticos del extinto MPA, de la Coordinadora de Pesca del MAPA/BA, Colonia Z-04, SPU/ BA, INCRA/ BA, y los microdatos del IBGE. En la investigación de campo, se destacan la realización de entrevistas abiertas, participación en seminarios, talleres de geografía y cartografía, caminatas por el territorio, construcción de mapas sociales temáticos y georreferenciamiento territorial. Tales pasos nos llevaron a comprender el ser pescador artesanal en la Ilha de Maré y conocer las especificidades que envuelven el territorio articulado local.

Palabras clave: Pesca. Pescador Artesanal. Território. Articulado.

INTRODUÇÃO

A Ilha de Maré encontra-se localizada a leste da Baía de Todos os Santos (BTS) e pertence ao município de Salvador. Instituída desde 1982, enquanto Reserva Ecológica¹ e inserida na Área de Proteção Ambiental Baía de Todos os Santos, a Ilha ocupa uma área de aproximadamente 10,65 km² e possui 6.434 mil habitantes, distribuídos em 11 comunidades: Neves, Itamoabo, Santana, Botelho, Porto dos Cavalos, Praia Grande, Maracanã, Bananeiras, Caquende, Ponta Grossa e Martelo (IBGE, 2010).

Historicamente conhecida como “uma grande aldeia de pescadores”, a economia e o modo de subsistência dos seus moradores, na maioria das vezes “se baseia na utilização dos recursos naturais [...] a pesca, a mariscagem, a produção de peças artesanais [...] de alimentos, a exemplo do doce de banana de palha, etc.” (PAIVA et al., 2011, p. 75).

Segundo relatos dos moradores mais antigos, a formação socioterritorial da Ilha remete ao século XVII, quando a mesma se tornou um “local de refúgio”, de inúmeros negros escravos, advindos dos engenhos da região. Após a abolição da escravatura e a queda da produção açucareira nos engenhos do Recôncavo baiano, outras famílias também passaram a ocupar a Ilha. As condições sociais e econômicas do período (sem terra, trabalho e fonte de renda) e os aspectos ambientais existentes na Ilha de Maré (diversidade de mariscos e pescados e árvores frutíferas) confluíram para que a agricultura e principalmente a pesca e a mariscagem (atividade originária dos indígenas da região) se tornassem os principais meios de sobrevivência de muitas famílias. Foi através do consumo direto e da venda/troca, inicialmente para os senhores do engenho e depois para outros habitantes da região, que muitas comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré foram constituídas (INCRA, 2016). De acordo com os dados obtidos junto à Colônia de Pesca Z-04 (localizada na Ilha), a Ilha de Maré possui cerca de 4.000 mil pescadores(as) artesanais, sendo que apenas 2.700 encontram-se cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP) do Estado².

A pesca artesanal desenvolvida em Maré é considerada de pequena escala e possui, entre suas características, uma base familiar de produção (MPA, 2016). Os pescadores, possuidores de um amplo conhecimento sobre “as águas, os manguezais e os pescados da BTS”, mantêm há séculos a tradição, a cultura e o respeito à natureza, que configuram o modo de vida das comunidades tradicionais. “Os habitantes da Ilha dependem da floresta para a sua sobrevivência e a floresta depende dos habitantes para que continue existindo” (ALMEIDA; PAIVA, 2011, p. 23). Para as comunidades pesqueiras da Ilha, a floresta (matas), os mares, os manguezais, as coroas, os rios etc. são espaços conhecidos, denominados e respeitados, que compõem os seus territórios de vida e reprodução social – território pesqueiro ou como temos denominado nesta pesquisa: território articulado das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré.

Frente ao cenário exposto, objetiva-se neste artigo compreender como a categoria de pescador(a) artesanal se apresenta na Ilha de Maré e como, historicamente, esse grupo social foi imprimindo sobre o espaço as suas múltiplas territorialidades, conformando assim o território articulado local. Para tal, metodologicamente recorreremos, além da pesquisa bibliográfica, aos dados estatísticos do extinto Ministério

1. Consultar Lei Municipal nº 3.207 de 1982.

2. Muitos pescadores (as) ainda se encontram na espera da efetivação do seu cadastro efetivado no RGP.

da Pesca e Aquicultura (MPA), da Coordenadoria de Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento(MAPA)/BA, Colônia Z-04, Superintendência Pública da União (SPU)/ BA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/BA, e aos microdados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na pesquisa de campo, destaca-se a realização de reuniões, entrevistas abertas, participação em seminários, oficinas de geografia e cartografia, caminhadas pelo território, elaboração de mapas sociais temáticos e georreferenciamento territorial.

É importante ressaltar que foi durante as oficinas de geografia e cartografia, assim como as caminhadas pelo território, que ocorreu a identificação prévia da área que constitui o território tradicional pesqueiro da Ilha de Maré. Tais informações conduziram à elaboração de mapas sociais e ao georreferenciamento dos múltiplos espaços utilizados pelos pescadores para o desenvolvimento de suas atividades (mar, rios, manguezais, matas/floresta).

O SER PESCADOR(A) ARTESANAL EM ILHA DE MARÉ: SABERES, PRÁTICAS E COTIDIANO

O ser pescador artesanal em Ilha de Maré é compreendido enquanto construção histórica construída através da oralidade, adquirida com os mais velhos e na prática cotidiana no mar e nos manguezais. A relação com a natureza, a forma com que pratica suas atividades produtivas, o conhecimento sobre os espaços apropriados, a liberdade e a propriedade dos meios de produção, entre outras características, lhe conferem um modo de vida específico – tradicional.

Para as comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha, a arte de ser pescador artesanal se traduz também nos laços de pertencimento e na valorização do trabalho de centenas de famílias que amanhecem no mar/manguezais, cuidam das roças e anoitecem no beneficiamento dos pescados. Trata-se de aproximadamente de 4.000 mil pescadores e marisqueiras que se dedicam diariamente à captura, beneficiamento e comercialização de peixes e mariscos. Além disso, muitas famílias também desenvolvem a agricultura e o extrativismo vegetal como forma de complementar a renda.

No que tange à prática da pesca artesanal na Ilha de Maré, observa-se que em toda a poligonal da Ilha há famílias que desenvolvem a pesca e a mariscagem, com destaque para as comunidades do Martelo, Porto dos Cavalos, Ponta Grossa, Maracanã, Bananeiras, Praia Grande e Caquende, que têm nessas atividades a sua principal fonte de renda. É importante pontuar que o ser pescador em Ilha de Maré emerge a partir de um conjunto de relações e atividades que são desenvolvidas em distintos tempos-espaços. Daí falarmos nas múltiplas territorialidades e em territórios materiais e imateriais.

É sabido que a prática artesanal envolve diferentes espaços: mangues, coroas, pesqueiros etc. No caso da Ilha de Maré, os pescadores utilizam desde áreas limítrofes à poligonal da Ilha, até áreas mais distantes, próximas aos municípios de Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Simões Filho e Ilha de Itaparica. Na mariscagem, cerca de 90% da área de manguezal da Ilha é utilizada, assim como as coroas e pedras localizadas em áreas próximas. Já a agricultura e o extrativismo vegetal ocorrem em cerca de 70% da porção central da Ilha, onde se encontram as pequenas roças e as áreas cercadas pelos fazendeiros (Pesquisa de campo, 2017)³.

A pesca artesanal realizada em Ilha de Maré é caracterizada, principalmente, por sua base de produção familiar. É nesta e através da oralidade e da prática diária que são construídos os conhecimentos e as experiências que constituem o ser pescador artesanal. A liberdade, a propriedade dos meios e instrumentos de trabalho, as artes de pesca, a comercialização e a própria captura do pescado também são fatores que diferenciam e particularizam o ser pescador artesanal na Ilha.

Uma característica comum às comunidades tradicionais pesqueiras é a multiplicidade dos espaços apropriados para o desenvolvimento de suas atividades. Na Ilha de Maré, os pescadores utilizam “desde a

3. Tais informações foram adquiridas através do processo de mapeamento social e georreferenciamentos das áreas utilizadas pelos (as) pescadores(as) artesanais para o desenvolvimento de suas atividades.

porção central até toda a região norte e nordeste da Baía de Todos os Santos, havendo relatos de atividade nas proximidades do terminal de *Ferry Boat* em Salvador, assim como na Ilha de Itaparica, em Madre de Deus, em Passé e toda a extensão da baía de Aratu (MONTEIRO, 2014, p. 41). Cabe destacar que é a partir da apropriação desses espaços (conhecidos, nomeados, defendidos e respeitados) que se dá a construção do território pesqueiro local.

Atualmente, de acordo com dados obtidos junto à Colônia de Pesca Z-04, estima-se na Ilha um total de 2.500 embarcações, consideradas de pequeno porte. A frota pesqueira é composta principalmente por barcos de fibra motorizados, canoas de madeira a remo e barcos a vela. Ambos geralmente medem entre 5 a 10 metros, sendo os barcos mais largos do que as canoas. De acordo com os pescadores mais antigos, durante séculos, o principal tipo de embarcação utilizada pelos pescadores da Ilha foi a canoa a remo. Somente há algumas décadas é que os barcos de fibra motorizados ou a remo passaram a compor a frota local.

Sobre o quantitativo de embarcações, observa-se que muitos pescadores não possuem seus próprios barcos/canoas. Estes, quando não se dedicam à pesca desembarcada (locais de pesca próximos e/ou mergulho), geralmente trabalham (embarcados) em grupos de 3 a 5 pessoas, definidos a partir de relações familiares, de compadrio e/ou por afinidade. Cabe destacar que, na Ilha, muitas embarcações são heranças de família, podendo ser utilizadas por qualquer membro – base produtiva familiar.

Há também aqueles que recorrem: à “carona/pongueira” (nesta, a forma de “pagamento” pode ser feita com a entrega de parte da produção ao comandante da embarcação); ao aluguel (o pagamento é realizado em dinheiro ou com parte da produção, sendo incluídos os gastos com óleo do motor), ou ao empréstimo de embarcações de conhecidos (se for motorizada, custeia-se apenas os gastos com óleo do motor e, a depender do caso, se entrega parte da produção).

Na Ilha, existem atracadouros para as embarcações (também chamadas de “pontes” pelos moradores locais) apenas nas comunidades de Porto dos Cavalos, Santana, Praia Grande, Botelho. Nas demais comunidades o embarque é feito nas praias. É nas proximidades das “pontes” e/ou perto do acesso principal das comunidades onde ficam ancoradas as embarcações. Em espaços historicamente conhecidos e nomeados, os(as) pescadores(as) desenvolvem a pesca através da utilização das seguintes “artes ou apetrechos”: linha (de mão, de curso, de fundo, anzol etc.), galão, tarrafa, rede de cerco, rede de espera (tainheira, bagreira, sardinheira, camarãozeira, arraieira, pintadeira), grozeira, caçoieira (lagosta), espinhel (grozeira), jereré (jereré siri, puçá), manzuá/gaiola (siri, lagosta, peixe), mergulho (lagosta, peixe, peguari, salpiro), entre outros.

Ainda de acordo com os dados obtidos junto à Colônia de Pesca Z-04, cerca de 60% dos pescadores possuem suas próprias artes de pesca, em especial, as redes. Os que não têm geralmente realizam a pescaria no sistema de acordo, que pode variar a depender do tipo de arte, da quantidade de pescadores, do dono da embarcação e da rede, do marinheiro (mestre) etc.

Em Ilha de Maré também é comum os pescadores fabricarem suas próprias artes de pesca, a partir de materiais obtidos na “floresta/mata” com o extrativismo ou através da aquisição de materiais nos municípios de Candeias e Salvador. É possível observar nas ruas, casas, árvores, praças ou perto das “pontes” a confecção/manutenção das redes, gaiolas, manzuás.

No que tange às principais espécies capturadas, há certa variação, de acordo com as estações do ano. No verão os peixes mais capturados são a cavala e o bijupirá, já no inverno, quando a pesca é realizada nas áreas próximas à costa, nas coroas e nos mangues, devido ao tempo e às condições de segurança, destacam-se a tainha e a pescada. Na Ilha, a comercialização é realizada nas próprias comunidades (moradores e restaurantes), nas feiras livres e principalmente com os atravessadores que revendem os pescados nas feiras, restaurantes e mercados dos municípios de Candeias e Salvador, a destacar, neste último, nos bairros de Periperi, Liberdade e Paripe.

De acordo com os pescadores locais, a comercialização com os atravessadores decorre principalmente da ausência de infraestrutura de conservação e estoque e da dificuldade de transporte e estabelecimento de pontos de venda estratégicos. Mesmo com as insatisfações, a presença do atravessador acaba significando

uma “possibilidade e alternativa” frente às diversas dificuldades existentes na comercialização. Esse é um cenário presente na maioria das comunidades pesqueiras do estado da Bahia.

Outra especificidade das comunidades tradicionais pesqueiras do Estado refere-se às múltiplas atividades desenvolvidas pelos(as) pescadores(as). A mariscagem, apesar de contar com diversos homens que se dedicam diariamente à captura de caranguejos, siris, ostras etc., é uma atividade desenvolvida principalmente pelas mulheres da Ilha. “O termo “marisqueiro” aplica-se tanto a mulheres quanto a homens, mas na Ilha de Maré, aos homens [...] aplica-se a designação de “pescador” em referência à atividade de pesca, que julgam ser mais pesada e exigir mais habilidade que a mariscagem” (MOURA, 2008, p. 96).

As marisqueiras da Ilha de Maré “são mulheres trabalhadeiras, que buscam suprir as necessidades diárias de alimento de suas famílias e, ao mesmo tempo, alimentar os seus mais singelos sonhos, como dar uma boa educação e vida digna a seus filhos” (PAIVA, 2011, p.104). Atualmente, de acordo com os dados da Colônia Z-04, estima-se que cerca de 2.000 mil pessoas vivem diretamente da atividade. A captura de mariscos nos manguezais “constitui uma das principais fontes de renda e subsistência das famílias, que mantêm uma relação de grande dependência com os recursos disponíveis no ecossistema” (PAIVA, 2011, p. 104). Além de servir para o consumo, a comercialização dos mariscos permite cumprir com os compromissos financeiros, como consumo de energia elétrica, produtos alimentícios, remédios, artigos de higiene pessoal e doméstica, roupas, calçados, material escolar dos filhos etc.

As mulheres, desde cedo, desenvolvem a arte da captura e do catado dos mariscos e através “do exercício diário da mariscagem, elas constroem um rico conhecimento local sobre a dinâmica do ecossistema estuarino e seus componentes, como a qualidade ambiental dos rios, mangues e matas, bem como dos impactos sofridos pela área” (PAIVA, 2011, p. 121).

Considerada uma tradição familiar, a faixa etária predominante das marisqueiras da Ilha de Maré é de 18 a 70 anos. Cabe destacar que a prática da mariscagem envolve diversas etapas e uma rotina de trabalho intensa: o deslocamento até o local da captura, a captura em si, a lavagem para retirada da lama, a fervura para facilitar a extração da casca, o escalde, a extração do marisco da casca, a embalagem do produto e a comercialização (MOURA, 2008). O trabalho das marisqueiras da Ilha é diário e depende da lua e da maré. Geralmente inicia às 4 horas da manhã, quando elas se deslocam a pé ou em canoas para as áreas de mangue coroas e pedras da BTS (coroas e áreas mais distantes exigem o deslocamento em canoas, das próprias marisqueiras ou em carona com os pescadores).

Os principais tipos de marisco capturados são: siri duro, siri mole, aratu, carangueijo, sururu, sururu de mangue, sarnambi, rala coco, ostra, peguari, perna de moça, salpiro, tapu, lambreta, entre outros. Os instrumentos utilizados para a captura são simples e variam de acordo com a espécie. Facões, colheres, ganchos, sacos, baldes, bacias, balaios de palha são exemplos de apetrechos utilizados pelas marisqueiras da Ilha de Maré. O beneficiamento dos mariscos ocorre nas próprias residências. O cozimento geralmente é realizado no forno a lenha e a catagem, nas calçadas das casas com o auxílio de outras mulheres (MOURA, 2008). Já a comercialização ocorre nas próprias comunidades, feiras, restaurantes e, principalmente, com os atravessadores, que revendem nos bairros de Paripe, Periperi, Ribeira e nas feiras da cidade de Salvador, a destacar, São Joaquim e Sete Portas.

É nesse contexto que observamos a importância e a participação das mulheres na atividade da pesca artesanal. Na Ilha de Maré, estas “exercem uma função fundamental na formação de novos trabalhadores da pesca artesanal: o da socialização de seus filhos na atividade da pescaria” (RAMALHO, 2006, p.136). A prática da pesca e da mariscagem “[...] é tradicional. O aprendizado das espécies vendáveis e das técnicas de coleta passa de mãe para filha” (MALDONADO, 1986, p.21). As marisqueiras, além de realizarem a captura e beneficiamento dos mariscos, também são responsáveis pelas atividades domésticas, pelo cuidado dos filhos, pelo tratamento e comercialização dos peixes capturados pelos filhos, esposos e/ou pais, entre outras atividades. Muitas dessas mulheres são responsáveis diretamente pela renda econômica de toda a família. É importante pontuar que observamos, no desenvolvimento dessas atividades, as comunidades imprimindo sobre o espaço as suas territorialidades: caracterizando o saber-fazer-ser pescador em Ilha de Maré.

As questões apresentadas, além de reforçarem a importância da pesca e da mariscagem para comunidades locais, alertam para a necessidade de preservar o ecossistema manguezal presente na BTS, “principalmente em um período histórico em que o modo de produção capitalista vem se apropriando cada vez mais das áreas litorâneas para diversos fins industriais” (RIOS, 2012, p. 182).

Além das águas e do mangue, as matas/florestas também são de suma importância para a sobrevivência das comunidades, pois é através destas que muitas famílias complementam sua renda com a pequena agricultura e o extrativismo vegetal. A agricultura na Ilha de Maré foi, por bastante tempo, uma das principais fontes de renda aliada à pesca e à mariscagem. De acordo com os moradores mais antigos, muitas famílias do Recôncavo Baiano e do Sertão (Feira de Santana) vieram para a Ilha trabalhar nas roças de cana, banana, mandioca, milho etc., que abasteciam a cidade de Salvador.

Atualmente, essa produção é voltada principalmente para o abastecimento das comunidades e alguns compradores das feiras de Salvador e Candeias. De acordo com os moradores locais, as áreas de plantio foram reduzidas significativamente com a apropriação da Ilha por fazendeiros e os conflitos por terra. “Nossas florestas foram quase todas destruídas para dar espaço aos pastos de criação de gado [...] Os pequenos agricultores foram obrigados a se desfazer de suas pequenas propriedades, ficando limitados apenas ao entorno de suas casas” (SANTANA, 2011, p.13).

Sobre os fazendeiros, os moradores locais ainda destacam que quase não existem mais “caminhos no interior da Ilha, pois estes foram cercados [...] Dentro dessas cercas ficou nossa história, pois hoje somos proibidos de transitar por onde nossos antepassados passavam para apanhar água, lenha, frutos etc.” (SANTANA, 2011, p.12). A maioria das fazendas encontra-se localizada na parte interna da Ilha, enquanto as pequenas roças encontram-se, em sua maioria, restritas ao entorno das casas.

Os principais produtos cultivados na Ilha são: aipim, mandioca, coco, laranja, tomate, acerola, cana, milho, banana, feijão, quiabo, melancia, cajá, jenipapo, abóbora, jaca, limão, abacate, hortaliças e algumas ervas medicinais (carqueja, boldo, camomila). Antigamente, como existiam diversas casas de farinha na Ilha, a produção da mandioca se destacava entre as demais. Atualmente, como não há mais esses equipamentos, a produção da mandioca é voltada ao beneficiamento, na feitura do beiju de carimã e bolos. De acordo com os moradores locais, algumas famílias ainda fazem a produção da farinha, porém de maneira pontual, em algumas épocas festivas e para o consumo próprio.

Além da agricultura, muitas famílias desenvolvem também o extrativismo vegetal, em especial a coleta e o processamento do dendê, os cestos dos ramos do dendezeiro, cestos, muzuá e balaios da fibra da canabrava, o paiol (esteira) do talo da banana, a fabricação do doce de banana, a renda de bilro, os chapéus de palhas e as vassouras com a folha do nicuri. O dendê, extraído de algumas áreas da Ilha, é utilizado por diversas mulheres para a fabricação do azeite. Além do azeite, as comunidades também utilizam os “ramos” do dendezeiro para a confecção de cestos que são utilizados para diversas utilidades: guardar roupa, transportar peixes, mariscos e armazenar produtos em casa.

A tala da banana é outro produto extraído pelas comunidades e utilizado para a confecção do paiol (esteira) que é comercializado nas próprias comunidades. Já o fruto é utilizado para confecção do doce de banana enrolado, famoso em diversos lugares e considerado característico da Ilha de Maré. “A produção do doce de banana aqui na Ilha é histórica, tem umas senhoras de 70 anos por aí, que fabricam doces que são famosos em outros Estados até, nosso doce é muito bom” (Pescadora da Ilha – Entrevista – Pesquisa de Campo, 2016).

Já a fibra da Canabrava é utilizada por diversos artesãos das comunidades de Praia Grande e Santana para a confecção de cestos de roupa, pão, muzuá, balaios, entre outros. Peças bastante utilizadas pelos pescadores e marisqueiras da Ilha para o transporte dos pescados. “Na Praia Grande, parece que as crianças já nascem sabendo trabalhar com a palha, pois é comum ver os pequeninhos sentados junto às mães na construção dos cestos, balaios etc.” (Depoimento pescadora da Ilha de Maré, pesquisa de campo, 2017). A comercialização dos produtos geralmente é realizada na própria comunidade e/ou para compradores de Salvador e Candeias.

Além do doce, cestos, balaios e esteiras, outra tradição mantida principalmente pelas comunidades de Santana e Praia Grande é a fabricação da renda de bilro. Considerada uma atividade histórica na Ilha, a sua produção “é feita quase sempre por mulheres de condição humilde que aplicam sua habilidade, destreza e criatividade numa arte a que são levadas por verdadeira devoção” (CAMPOS, 2013, p. 46).

O nome bilro, segundo alguns moradores locais, é oriundo da utilização da “espécie vegetal conhecida localmente como birreiro para a confecção de pequenas peças de madeira: os bilros” (PAIVA, 2009, p. 100), que são utilizados para “trançar” os fios de linha. A produção ocorre nas próprias casas e assim como na mariscagem, trata-se de uma arte que é passada de geração a geração. Os produtos confeccionados variam desde toalhas, colchas, mantas ablusa, bata, saia, vestido etc. e são comercializados em lojas, feiras, mercados de Salvador, Candeias e outros municípios baianos.

Os dados apresentados permitem observar a centralidade das atividades da pesca e da mariscagem na sobrevivência de inúmeras famílias da Ilha de Maré. A agricultura representou, por bastante tempo, uma das principais fontes de renda dos moradores, todavia, com o seu declínio, a pesca e a mariscagem reforçaram a sua centralidade. Atualmente, a agricultura e o extrativismo vegetal consistem em atividades desenvolvidas por inúmeras famílias, como forma de complementar a sua renda ou prover artefatos para uso doméstico ou profissional.

A articulação dessas atividades, além de reafirmar as múltiplas territorialidades desenvolvidas pelos pescadores artesanais da Ilha, reforça a importância dos territórios pesqueiros (terra e água), que têm sido cotidianamente ameaçados e destruídos pelos diversos projetos do capital. Podemos compreender, então, que o ser pescador artesanal em Ilha de Maré é constituído a partir de um conjunto de relações e atividades que são desenvolvidas em distintos tempos-espacos – múltiplas territorialidades. Portanto, é visando conhecer um pouco mais sobre essas “múltiplas territorialidades”, que apresentamos a seguir o esforço de identificar e demarcar o que denominamos de território articulado das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré.

O TERRITÓRIO ARTICULADO (TERRA E ÁGUA) DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA ILHA DE MARÉ

A “pesca artesanal é uma atividade humana que representa uma modalidade específica de uso do espaço” (CARDOSO, 2003, p. 119). Essa especificidade reside tanto na articulação dos meios aquático e terrestre quanto na união de territórios materiais e imateriais, ambos considerados imprescindíveis na sobrevivência e reprodução social das comunidades. Para Little (2004), “um aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais” (LITTLE, 2004, p. 254). No caso das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha, essas particularidades se destacam pelas múltiplas relações historicamente desenvolvidas pelos pescadores com seus territórios, caracterizadas pela articulação de distintas atividades e tempos-espacos (pesca, mariscagem, agricultura, extrativismo, moradia, religiosidade, danças, crenças, mitos etc.).

Para as comunidades tradicionais da Ilha de Maré, esses “territórios” são compreendidos como condição e meio de reprodução social, no qual a articulação de ambientes, atividades e relações desenvolvidas, além de reafirmar as particularidades que os caracterizam, conforma o que temos denominado de território articulado (terra e água) das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré. É importante destacar que a palavra “articulação” não se restringe à dinâmica integrada entre os ambientes marítimos e terrestres, incorpora também as múltiplas relações existentes entre as comunidades e seus territórios, sejam esses materiais ou imateriais. Pois, é no território articulado onde centenas de pescadores e pescadoras desenvolvem as suas atividades de reprodução e vida.

As discussões realizadas até o momento, além de enfatizar essas particularidades, demonstraram o quanto a invisibilidade histórica dos(as) pescadores(as) artesanais e a “incompreensão” desses aspectos têm influenciado diretamente no uso, gestão e controle dos territórios pesqueiros. Na Ilha de Maré, devido aos territórios pesqueiros constituírem áreas estratégicas e de grande interesse ao desenvolvimento do capital, essa “incompreensão”, de certa forma, exime e camufla os inúmeros impactos socioeconômicos, ambientais e culturais ocasionados pelas atividades industriais inseridas na Baía de Todos os Santos. Historicamente, o Estado tem visto os pescadores artesanais somente como uma categoria de trabalhadores, descartando toda a riqueza social, cultural e ambiental que envolve a tradicionalidade e o modo de vida dessas comunidades.

Na Figura 1, onde apresentamos o “território articulado (terra e água) das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré”, observamos além de toda a poligonal da Ilha, os diversos espaços utilizados para a produção, em especial, a pesca e a mariscagem. No centro da Ilha encontram-se as áreas de mata, onde ocorre o extrativismo vegetal. Já a maioria das roças se localiza nas proximidades das casas, conferindo um verdadeiro mosaico de paisagens e ambientes (território da agricultura e extrativismo vegetal). Na interface entre a terra e o mar, há uma vasta área de manguezal, de onde provêm inúmeras espécies de mariscos que garantem há séculos a renda econômica de centenas de famílias (território da mariscagem). No mar e nos rios, encontram-se as coroas e os pesqueiros, espaços considerados sagrados pelas comunidades (território da pesca).

O território da pesca em Ilha de Maré é constituído por importantes áreas de manguezal, apicum, coroas, restingas, ilhas, rios, enseadas etc. Localizado na BTS e com uma extensão de aproximadamente 810 quilômetros quadrados, o território da pesca é considerado por diversos pesquisadores como rico e diverso em estoques pesqueiros (HATJE et al., 2009).

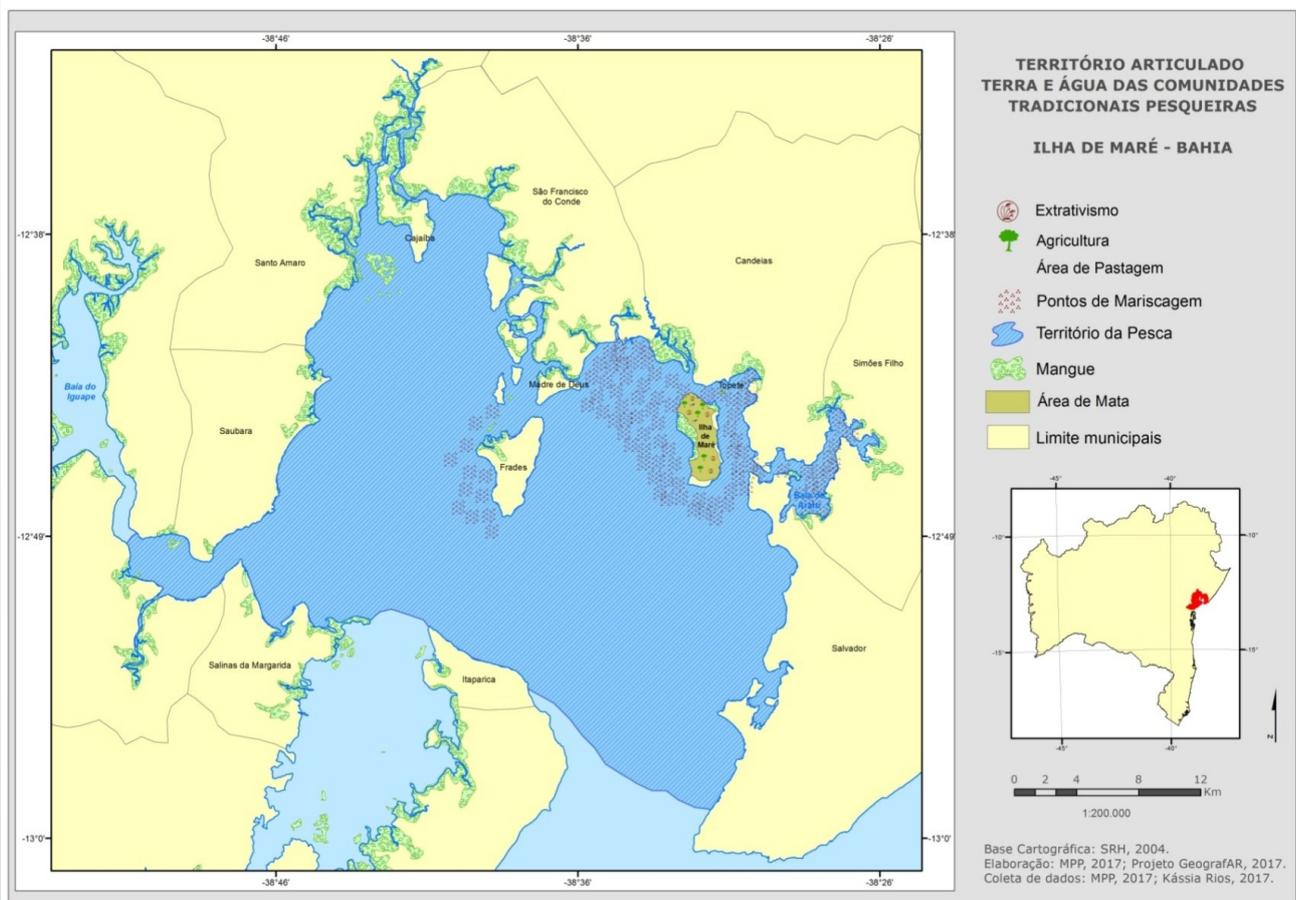


Figura 1. Mapa do Território articulado (terra e água) das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré, Bahia.

Fonte: RIOS, 2017.

O denominado (pelas comunidades locais) “território água” é bastante amplo e não se restringe às proximidades da Ilha. Para o desenvolvimento da pesca, os pescadores, além de utilizarem toda a parte central da BTS, se estendem: i) Ao norte: até os municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde, chegando à Ilha de Cajaíba; ii) A nordeste: desde as proximidades dos municípios de Madre de Deus e Candeias, incluindo os rios Rio São Paulo e São Paulino, a toda a área da Baía de Aratu, chegando às proximidades do município de Simões Filho; iii) A oeste: das proximidades do município de Saubara até a localidade de Barra do Paraguaçu, no início da Baía do Iguape, limitando-se ao município de Salinas da Margarida e à ponta da Ilha de Itaparica; e iv) A leste: utilizam grande parte da região leste (Paripe, Periperi, Plataforma), limitando-se às proximidades do terminal *Ferry Boat* em Salvador.

Uma característica importante observada no ser pescador artesanal na Ilha refere-se ao tipo de relação construída entre as comunidades e os espaços historicamente apropriados. Conforme apontado por Maldonado (1986); Diegues (1993) e Cardoso (2003), tratam-se de lugares conhecidos, denominados e defendidos. Cada comunidade possui uma história, uma vinculação e um nível de pertencimento específico com esses lugares. Daí pensarmos as particularidades que envolvem os territórios pesqueiros.

Já o território da mariscagem em Ilha de Maré é constituído por densas áreas de manguezais, coroas, rios, ilhas e ilhotes. Considerado “o cordão umbilical entre a terra e o mar” pelos pescadores e marisqueiras da Ilha de Maré, o ecossistema manguezal é composto pelas espécies mangue vermelho (*Rizophoramangle*), mangue siriúba (*Avicenniaschaueriana*) e mangue branco (*Laguncularia racemosa*). As coroas, distribuídas em diversos espaços da BTS, representam para as comunidades tradicionais pesqueiras um espaço de grande relevância socioeconômica, cultural e ambiental. “As coroas são minha vida, ai quem mexa nas minhas coroas que eu viro bicho. São dessas coroas aqui que eu tiro o necessário para comer, vestir, sair, me divertir etc. Foi nelas que eu aprendi a mariscar” (Depoimento, Marisqueira Ilha de Maré, Pesquisa de Campo, 2016).

O território da mariscagem, assim como o da pesca, é bastante amplo e abrange tanto as áreas de manguezal existentes na Ilha de Maré, como outras consideradas mais distantes. Para as áreas mais distantes, as marisqueiras utilizam canoas das próprias famílias ou o sistema de “carona” com os pescadores. Diariamente e em grupos, as marisqueiras se deslocam muitas vezes ainda na madrugada até as áreas de manguezal e coroas, que estão localizadas: i) Em todo o entorno da Ilha, incluindo as áreas próximas à Ilha do Topete; ii) Na área que compreende a Baía de Aratu; iii) Nos manguezais e coroas que ficam nas proximidades dos Municípios de Candeias, São Francisco do Conde e Madre de Deus, incluindo os rios São Paulo e São Paulino; e iv) Em algumas coroas e manguezais próximos à Ilha dos Frades.

De acordo com as marisqueiras da Ilha, cada coroa possui um nome e uma relação histórica na vida das comunidades. “Aqui na Ilha, inúmeras gerações cresceram e se reproduziram tendo as coroas como referência cultural de nosso povo. Há histórias, crenças, mitos e significados que os antigos guardam e que recontam a nossa história” (Depoimento, Marisqueira Ilha de Maré, Pesquisa de Campo, 2016). As atividades da agricultura e do extrativismo vegetal sempre estiveram presentes na vida das comunidades da Ilha de Maré. Até a década de 1940, a Ilha contava com grandes plantações agrícolas, todavia, após o declínio da atividade, essa produção passou a ocorrer basicamente através de pequenas roças, com exceção de algumas fazendas ainda existentes que se encontram ocupadas por pastos. As pequenas roças encontram-se espalhadas dentro de algumas fazendas e por toda a Ilha, a destacar: Fazenda Cruz, Major, Fazenda Martelo, Fazenda Maracanã, Fazenda Bananeiras, Amêndoa e diversas localidades próximas às comunidades.

Além da agricultura, muitas famílias desenvolvem também o extrativismo vegetal, que é considerado pelas comunidades como uma importante “herança cultural”. Para o desenvolvimento do extrativismo, as comunidades utilizam todas as áreas de mata da Ilha. Como podemos observar, o território articulado das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré é constituído por diversos usos e espaços, estes que são considerados essenciais à sobrevivência de milhares de famílias. Outro ponto que merece destaque e preocupação é que esse território encontra-se inserido num espaço de alta incidência de disputas e conflitos territoriais envolvendo pescadores – a BTS. Isso por ser um lugar estratégico de desenvolvimento do Estado e que concentra altos investimentos (nacionais/internacionais) nos diversos setores – petroquímico, metalúrgico, portuário, turístico, aquícola, imobiliário.

Os pescadores de Maré têm vivenciado historicamente um intenso processo de privatização e degradação ambiental em seus territórios, decorrente de desmatamentos, contaminação por produtos químicos, entre outros. A inserção de indústrias, de empreendimentos turísticos e de outros projetos do setor privado na BTS tem ocasionado a modificação de áreas tradicionalmente utilizadas pelas comunidades para o desenvolvimento de suas atividades. Mesmo se tratando de uma Reserva Ecológica e Área de Preservação Permanente (APP), inúmeras foram as denúncias realizadas nos últimos anos pelas comunidades da Ilha sobre a contaminação das áreas de pesca por resíduos industriais, esgotos residenciais, derramamentos de produtos químicos por embarcações, entre outros. Estudos sobre a qualidade das águas, ar e pescados da BTS revelam o quanto essas atividades têm comprometido as condições naturais da Baía e interferido no desenvolvimento das comunidades da Ilha, que reivindicam o acesso e o direito aos seus territórios (MACHADO, 1996; QUEIROZ; CELINO, 2007, 2008; HATJE, 2009; SANTOS et al., 2009, 2010, 2016). Para o Estado e as empresas privadas que atuam na BTS, essas comunidades são invisíveis e, quando há mecanismos legais de proteção, estes não são fiscalizados e/ou não contemplam as especificidades que envolvem os territórios pesqueiros (terra e água). Daí a importância de compreender o ser pescador artesanal na Ilha e as especificidades de seu território.

CONCLUSÕES

O ser pescador em Ilha de Maré é constituído a partir de um conjunto de relações e atividades que são desenvolvidas em distintos tempos-espacos. Na Ilha, a pesca é compreendida como uma atividade praticada pelos pescadores artesanais, com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida, que possui características culturais, econômicas, ambientais e sociais específicas. Já os pescadores artesanais são compreendidos como integrantes de um grupo social, que se reproduz de maneira diferenciada dentro do modo de produção capitalista e assegura a reprodução do seu modo de vida através da prática da pesca artesanal – no qual, o “ser tradicional” é tido enquanto especificidade, afirmação de um modo de vida que mantém relações distintas com a natureza. Para os pescadores artesanais da Ilha de Maré, a pesca representa muito mais do que uma profissão; trata-se de uma arte (ofício) que, além de prover o alimento e, através da comercialização, os demais recursos necessários à sua sobrevivência, carrega diversos significados, sentimentos e laços de identidade, pertencimento e, principalmente, respeito, pelos diversos espacos historicamente apropriados.

As territorialidades desenvolvidas por esse grupo são entendidas como uma prática social que ocorre sob uma base espacial, composta por distintos ambientes e significados. O território pesqueiro, portanto, deve ser compreendido como uma articulação de vários territórios – materiais e imateriais – cujos pescadores necessitam do livre acesso e das condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades de pesca e de vida. Na Ilha de Maré, de acordo com o georreferenciamento territorial realizado, o território pesqueiro estende-se por cerca de 65% da área da BTS, o que inclui faixas de terras, manguezais, apicuns, coroas, rios, ilhas, ilhotas etc. A multiplicidade de atividades desenvolvidas pelos pescadores (pesca, mariscagem, agricultura, extrativismo vegetal) e os distintos ambientes apropriados confere um caráter específico às comunidades pesqueiras. Daí a necessidade de pensarmos o território pesqueiro na sua múltipla espacialidade e funcionalidade, cujos espacos marítimos e terrestres representam a base histórica da sustentação e reprodução social, econômica e cultural dessas comunidades.

Por fim, cabe ressaltar que o conjunto de espacos que constitui o território articulado das comunidades pesqueiras da Ilha de Maré encontra-se gravemente ameaçado pelos empreendimentos existentes na BTS. O que reafirma a importância de estudos que deem visibilidade às especificidades que envolvem o ser pescador artesanal no local e suas diversas e distintas territorialidades.

REFERÊNCIAS

- MEIDA, R. O; PAIVA, A. de. S. Ilha de Maré: amor à primeira vis(i)ta. In: ALMEIDA, R. O. de et al. **Caderno Ambiental Ilha de Maré**. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Núcleo de Publicações, 2011.
- CAMPOS, L. **Ações e reflexões artísticas na Ilha de Maré**. Cultura Visual, n. 19, p. 43-52. Salvador: EDUFBA, julho/2013.
- CARDOSO, E. S. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. **GEOUSP- Espaço e tempo**. São Paulo, n. 14, pp.119-125, 2003.
- CARDOSO, E. S. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, São Paulo, 2001.
- CPPBA. Conselho Pastoral dos Pescadores – Regional Bahia (litoral). **Um olhar sobre a pesca na BTS**. Diagnostico da Realidade dos (as) pescadores(as) Artesanais em Ilha de Maré e Maragogipe. Salvador, Bahia, 2000.
- DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- FCP. Fundação Cultural Palmares. **Informações Quilombolas – 2017**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: Fevereiro de 2017.
- GEOGRAFAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Banco de Dados 2016**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2017.
- HATJE, V. et al. Contaminação Química. In: HATJE, V.; ANDRADE, J. **Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- HATJE, V.; ANDRADE, J. **Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos**. Salvador: EDUFBA, 2009. 306p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Dados comunidades Quilombolas – 2016**. Banco de Dados. INCRA/ Salvador, 2016.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Ilha de Maré Salvador – Bahia**. INCRA/ Salvador, 2016b.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. In: OLIVEIRA, L. R. C. (Org.). **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2004. p.251-290.
- MACHADO, J. C. **Estudo do Grau de Contaminação por Hidrocarbonetos nos Sedimentos da Baía de Todos os Santos**. Dissertação (Mestrado em Química). Instituto de Química, Universidade Federal da Bahia, 1996.
- MALDONADO, S. C. **Mestre e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1994.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Câmaras Setoriais e Temáticas – 2015**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. Acesso em: janeiro de 2016.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Aquicultura e Pesca. **Dados estatísticos – 2016**. Pesquisa de Campo, 2016.
- MOURA, D. F. G. de et al. A etnoecologia das marisqueiras da comunidade de Praia Grande, Ilha de Maré, Salvador-BA. **Candombá– Revista Virtual**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 91-110, jul – dez 2008.
- MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Dados do Registro Geral da Pesca – Pescadores, Embarcações, Colônias, Associações**. MPA, 2016.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. Dados do Registro Geral da Pesca – Pescadoras Artesanais. Disputas e conflitos territoriais nos territórios pesqueiros. **Oficina**. Ilha de Maré - Salvador, 2017.

MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Pesca e pescadores artesanais no estado da Bahia. **Oficina**. Salvador, 2016.

PAIVA, A. S. et al. Aspectos socioambientais ligados às matas nativas da Ilha de Maré. In: ALMEIDA, R. O. et al. **Caderno Ambiental Ilha de Maré**. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Núcleo de Publicações, 2011a.

PAIVA, A. S. et al. O que temos aprendido na convivência com a Ilha de Maré e seus habitantes? In: ALMEIDA, R. O. et al. **Caderno Ambiental Ilha de Maré**. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Núcleo de Publicações, 2011b.

PAIVA, A. S. Conhecimentos dos moradores da Ilha de Maré acerca dos recursos naturais numa abordagem histórica. **Candombá – Revista Virtual**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 98-114, jul – dez 2009.

QUEIROZ, A. F. S.; CELINO, J. J. Manguezais e Ecossistemas estuarinos na Baía de Todos os Santos. In: QUEIROZ, A. F. de S.; CELINO, J. J.. (Org.). **Avaliação de ambientes na Baía de Todos os Santos**: aspectos geoquímicos, geofísicos e biológicos. Salvador: UFBA, 2008.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar!: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres, 2006.

RIOS, K. A. N. **Da produção do espaço à construção dos territórios pesqueiros: pescadores artesanais e carcinicultores do Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA)**. 2012. 276f. Dissertação(Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTANA, E. Ilha de Maré, terra de lendas, cantos e encantos. In: ALMEIDA, R. O. et al. **Caderno Ambiental Ilha de Maré**. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Núcleo de Publicações, 2011.

SANTOS, N. M. et al. Chumbo e mercúrio no sangue e estado relativo ao ferro em crianças residentes em comunidade de pescadores na Baía de Todos os Santos, Salvador, Bahia, Brasil. In: II WORLD CONGRESS OF PUBLIC HEALTH NUTRITION, Porto, 2010. **Anais [...]**. Porto, 2010.